
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada, conforme Lei 14.133/2021, Decreto Municipal 10.577/2023 e do Decreto Municipal 10.813/2024.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 – Setor(es) requisitante(s)

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

2 - Descrição da necessidade

A contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis — Gasolina Comum, Óleo Diesel S10 e Óleo Diesel S500 — se faz necessária para garantir o pleno funcionamento e a operacionalização da frota de veículos oficiais da Prefeitura Municipal e de suas Secretarias, notadamente as de Saúde, Obras, Infraestrutura e Serviços Educação e Desenvolvimento Social. Esses combustíveis são insumos indispensáveis para o desempenho de atividades administrativas e operacionais essenciais ao atendimento da população, tais como: transporte de pacientes (TFD) e equipes médicas, deslocamento de servidores para ações de saúde pública, condução de veículos escolares, transporte de insumos e merenda, execução de serviços urbanos e rurais, atendimento de demandas sociais e logísticas das Secretarias, dentre outros.

A ausência de abastecimento adequado comprometeria a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados, prejudicando diretamente os cidadãos. Assim, a contratação visa assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, por meio de fornecimento contínuo, regular e de qualidade de combustíveis, em conformidade com as especificações técnicas exigidas pelos órgãos reguladores, observando os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

3 – Referência aos instrumentos de planejamento do órgão ou entidade (objetivo/iniciativa)

A contratação está alinhada com o planejamento da Administração no que diz respeito ao PPA/LOA/LDO e Planejamento Estratégico do Município; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21, inciso II do art. 15 do Decreto Municipal 10.577/2023 e inciso IX do art. 4º do Decreto Municipal 10.812/2024).

4 – Análise de contratações anteriores desta instituição para identificar as inconsistências ocorridas

Ao analisar contratações anteriores dos itens indicados no Documento de Formalização da Demanda, verificamos que não há registros de erros e inconformidades que possam levar a riscos para a administração, bem como danos ao erário.

5 – Requisitos da contratação

Trata-se de aquisição de objeto de natureza comum: aquisição de combustível para a frota.

A Contratada deverá adotar todas as práticas necessárias no fornecimento do item e estar em dia com todas as obrigações relacionadas ao comércio destes produtos, seja da ordem fiscal, financeira, logística ou sustentável, ou outra que por ventura necessitar de acordo com as leis que regem este tipo de transação.

A contratação está baseada na modalidade PREGÃO portanto, com validade de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento dos itens.

As obrigações da Contratada e Contratante serão previstas em tópico específico do Termo de Referência.

- Declaração que possui sistema de interface da bomba de abastecimento e automação para emissão de Cupom Fiscal, caso não possua deverá declarar que se compromete a instalar no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato.
- Licença ambiental simplificada, emitida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente da sede do Licitante.
- O serviço deverá ser ofertado 24 horas, finais de semana e feriados, devido as eventuais viagens noturnas das Secretarias.
- Os serviços objeto deste ETP serão prestados de forma indireta.
- Os serviços deverão ser executados no prazo de vigência do contrato, com a efetiva prestação dos serviços nos locais a serem definidos pela Administração, de forma parcelada, a partir das ordens de serviços.
- O fornecimento será feito de forma parcelada de acordo com as necessidades da CONTRATANTE nas quantidades desejadas, ao longo do prazo de vigência de 12 (doze) meses, ocorrendo por conta da contratada as despesas de tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.
- O abastecimento somente deverá ser efetuado mediante apresentação da Autorização de Fornecimento de Combustível, emitida e devidamente assinada pela Autoridade Competente da CONTRATANTE, contendo o quantitativo de litros abastecidos, data, quilometragem, a placa do veículo.
- A vencedora deverá ter em seus estoques volumes suficientes para atender as demandas que se fizerem necessárias da CONTRATANTE.
- A empresa vencedora obrigará-se a fornecer o objeto deste edital em conformidade com as especificações descritas, sendo de sua inteira responsabilidade substituições parciais ou totais tanto no quantitativo, quanto na qualidade, caso não estejam em conformidade com as referidas especificações.

6 – Levantamento de mercado

Considerando as necessidades operacionais da Prefeitura Municipal e de suas Secretarias, três alternativas foram avaliadas para o atendimento da demanda de combustíveis: a compra direta do produto com armazenamento próprio; a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo através de Registro de Preço e o fornecimento através de Contrato. Após análise, concluiu-se que a contratação de empresa especializada através de Contrato se mostra a alternativa mais viável, segura e vantajosa para o Município, por diversos fatores.

Em primeiro lugar, a Prefeitura não dispõe de infraestrutura física adequada para o armazenamento seguro de combustíveis, o que exigiria investimentos significativos na construção de tanques, sistemas de contenção, controle ambiental, licenciamento junto aos órgãos competentes (como ANP, IBAMA e Corpo de Bombeiros), aquisição de equipamentos de abastecimento e contratação de pessoal qualificado para manuseio e controle dos produtos. Além disso, o armazenamento e manuseio de combustíveis representam riscos à segurança patrimonial, ambiental e à saúde pública, exigindo rigorosos protocolos de controle, inspeção e manutenção que não são viáveis com os recursos e estrutura atuais da Administração. Dessa forma, a contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis diretamente nas bombas, mediante abastecimento da frota em postos credenciados, elimina os custos e riscos relacionados à estocagem própria e proporciona mais eficiência, controle e economia ao Município. O fornecimento por meio de empresa autorizada e devidamente licenciada garante o atendimento à demanda de maneira ágil, regular e segura, assegurando a continuidade dos serviços públicos essenciais sem interrupções.

Portanto, diante da inviabilidade técnica e econômica da compra direta com armazenamento próprio, a contratação da empresa especializada configura-se como a solução mais adequada e vantajosa, respeitando os princípios da administração pública, especialmente os da eficiência, economicidade, segurança e interesse público.

A principal vantagem em fazer um contrato para aquisição de combustível em detrimento da Ata de Registro de Preço é a segurança na continuidade do fornecimento, com obrigações claras e imediatas para o fornecedor. Isso é especialmente importante para bens estratégicos como combustíveis, que impactam diretamente na prestação de serviços essenciais à população. A contratação direta por meio de processo licitatório com consequente celebração de contrato administrativo proporciona maior estabilidade no fornecimento, define obrigações claras ao contratado, reduz riscos de descontinuidade e assegura o planejamento financeiro da Prefeitura.

Para a contratação foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas através do site <https://www.compraspublicas.com.br> com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

7 – Estimativa das quantidades

As quantidades a serem contratadas foram baseadas no consumo anual das Secretarias dos últimos 12 (doze) meses, a estimativa foi utilizando a média dos meses referentes ao ano de 2024 com um acréscimo de 10% levando em consideração um possível aumento na frota e das demandas laborais. Dessa maneira só serão entregues as quantidades de acordo com as necessidades das Secretarias demandantes de forma parcelada.

ITEM	SECRETARIA	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	SEMOB	GASOLINA COMUM	60.000
2	SEMOB	DIESEL S500	12.000
3	SEMOB	DIESEL S10	180.000
TOTAL			252.000
1	SEMSA	GASOLINA COMUM	130.178,40
2	SEMSA	DIESEL S500	1.440,00
3	SEMSA	DIESEL S10	57.420,00
TOTAL			189.038,40
1	SEMED	GASOLINA COMUM	9.000
3	SEMED	DIESEL S10	95.000
TOTAL			104.000
1	SEMDES	GASOLINA COMUM	12.000
TOTAL			12.000
TOTAL GERAL			557.038,40

8 – Justificativa para parcelamento

O objeto da contratação compreende três itens correlatos: Óleo Diesel S10, Gasolina Comum e Óleo Diesel S500. Considerando a natureza homogênea e interdependente desses produtos, no

Página 5 de 17

contexto da operação da frota municipal, o parcelamento da contratação não se mostra viável nem vantajoso para a Administração. A divisão do fornecimento entre diferentes fornecedores poderia acarretar prejuízos logísticos significativos às atividades das Secretarias envolvidas, especialmente no que se refere à eficiência e agilidade no abastecimento da frota.

Portanto, diante da correlação entre os itens, da necessidade de uma logística centralizada e eficiente, e da busca por economicidade e praticidade na execução contratual, a contratação em lote único é a solução mais adequada ao interesse público, assegurando o fornecimento contínuo e coordenado dos combustíveis necessários à operação dos veículos oficiais da Prefeitura e suas Secretarias.

9 – Estimativa do preço da contratação

DESCRIÇÃO	SEMOB	VALOR	VALOR TOTAL
GASOLINA	60.000 L	R\$ 6,03	R\$ 361.800,00
DIESEL S10	180.000 L	R\$ 6,08	R\$ 1.094.400,00
DIESEL S500	12.000 L	R\$ 5,97	R\$ 71.640,00
VALOR RESERVA			R\$ 1.527.840,00
DESCRIÇÃO	SEMSA	VALOR	VALOR TOTAL
GASOLINA	130.178,40	R\$ 6,03	R\$ 784.975,75
DIESEL S10	57.420,00	R\$ 6,08	R\$ 349.113,60
DIESEL S500	1.440,00	R\$ 5,97	R\$ 8.596,8
VALOR RESERVA			R\$ 1.142.686,15
DESCRIÇÃO	SEMED	VALOR	VALOR TOTAL
GASOLINA	9.000	R\$ 6,03	R\$ 54.270,00
DIESEL S10	95.000	R\$ 6,08	R\$ 577.600,00
VALOR RESERVA			R\$ 631.870,00
DESCRIÇÃO	SEMDES	VALOR	VALOR TOTAL
GASOLINA	12.000	R\$ 6,03	R\$ 72.360,00
VALOR RESERVA			R\$ 72.360,00

Valor total estimado: R\$ 3.374.756,15 (Três Milhões e Trezentos e Setenta e Quatro Mil e Setecentos e Cinquenta e Seis Reais e Quinze Centavos)

A estimativa foi feita com base na quantidade utilizadas nos 12 (doze) meses anteriores e os valores dos combustíveis informados da tabela do PROCON que segue em anexo.

10. Critérios de seleção do fornecedor

1. A elaboração deste ETP está amparada por critérios transparentes e objetivos, garantindo a lisura e a legalidade do processo licitatório. Além disso, a publicidade dos preços registrados promove a fiscalização e o controle social sobre as contratações realizadas pelo município.

Página 6 de 17

Sendo assim, critérios tais como: qualificação técnica, preço, cumprimento de prazos, conformidade com a Legislação Ambiental e de Segurança, garantias e assistências técnicas, idoneidade, capacidade produtiva e logística, entre outros, são essenciais para limitar a participação de empresas que não sejam qualificadas.

1.1. Definir os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade para a avaliação de amostras

A definição dos aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade para a avaliação de amostras de gasolina, diesel S10 e diesel comum segue normas técnicas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e por órgãos como a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Esses padrões garantem a qualidade, segurança e desempenho dos combustíveis. Abaixo, apresento os principais parâmetros e limites mínimos exigidos para cada tipo de combustível:

1. GASOLINA COMUM E ADITIVADA (ANP 57/2023)

Principais aspectos de aceitabilidade:

Aspecto visual: Límpido e isento de partículas; **Cor:** Característica, sem alterações indicativas de contaminação; **Densidade (a 20 °C):** 715,0 a 770,0 kg/m³; **Teor de etanol anidro:** 27% ± 1% (v/v); **Número de octanas (MON):** Mínimo de 82; **Número de octanas (RON):** Mínimo de 92; **Destilação (50% evaporado):** Máximo 77 °C; **Destilação (final):** Máximo 205 °C; **Teor de enxofre:** Máximo 50 mg/kg; **Pressão de vapor (REID):** 45 a 80 kPa (pode variar conforme época do ano e região); **Corrosividade ao cobre:** Máximo 1 (1a, sem corrosão visível)

2. DIESEL S10 (ANP 828/2021)

Principais aspectos de aceitabilidade:

Aspecto visual: Límpido e isento de impurezas; **Cor:** Característica (ligeiramente amarelado); **Densidade (a 20 °C):** 820 a 865 kg/m³; **Teor de biodiesel (B13 atualmente):** 13% ± 0,5% (v/v); **Teor de enxofre:** Máximo 10 mg/kg; **Viscosidade (a 40 °C):** 2,0 a 4,5 mm²/s; **Índice de cetano:** Mínimo 48; **Destilação (95% recuperado):** Máximo 360 °C; **Corrosividade ao cobre:** Máximo 1; **Conteúdo de água e sedimentos:** Máximo 0,02% (m/m); **Estabilidade à oxidação:** Mínimo 20 horas.

3. DIESEL COMUM S500 (ANP 828/2021)

Principais aspectos de aceitabilidade:

Aspecto visual: Límpido e isento de impurezas; **Cor:** Característica (rosado a avermelhado, devido ao corante); **Densidade (a 20 °C):** 820 a 865 kg/m³; **Teor de biodiesel (B13 atualmente):** 13% ± 0,5% (v/v); **Teor de enxofre:** Máximo 500 mg/kg; **Viscosidade (a 40 °C):** 2,0 a 4,5 mm²/s; **Índice de cetano:** Mínimo 42; **Destilação (95% recuperado):** Máximo 370 °C; **Corrosividade ao cobre:** Máximo 1; **Conteúdo de água e sedimentos:** Máximo 0,02% (m/m).

1.2. Listar condições especiais de habilitação da empresa no ramo do objeto em razão de previsão normativa (autorização especial de funcionamento).

De acordo com as normas, os postos precisam atender a requisitos específicos para obter autorização de funcionamento. Isso inclui, por exemplo, a apresentação de documentos que comprovem a regularidade do estabelecimento, a adoção de medidas de segurança para evitar acidentes, e o cumprimento de normas ambientais e de saúde pública. Além disso, é necessário que o local esteja devidamente licenciado pelos órgãos competentes, como a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), e que siga as regras de armazenamento e manuseio de combustíveis. Essas condições garantem que o posto funcione de forma segura e dentro da legalidade.

Documentos que comprovem a regularidade do estabelecimento:

- Alvará de funcionamento: emitido pela prefeitura local, autorizando a operação do estabelecimento.
- Licença ambiental: concedida pelos órgãos ambientais, garantindo que o posto está em conformidade com as normas ambientais.
- Registro na ANP: o posto deve estar registrado na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, que regula e fiscaliza a atividade.
- Certificado de Regularidade do Corpo de Bombeiros: atesta que o estabelecimento atende às normas de segurança contra incêndios.

Adoção de medidas de segurança para evitar acidentes:

- Armazenamento adequado de combustíveis: usar tanques e equipamentos certificados, com sistemas de proteção contra vazamentos e incêndios.
- Sistemas de prevenção de incêndios: instalação de extintores, sprinklers e alarmes de incêndio, além de treinamentos periódicos para os funcionários.

- Controle de acesso: limitar o acesso às áreas de armazenamento e manuseio de combustíveis apenas a pessoas autorizadas e treinadas.
- Sinalização de segurança: colocar placas e avisos claros sobre riscos, uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e procedimentos de emergência.
- Manutenção preventiva: realizar inspeções e manutenção regular de tanques, bombas, tubulações e equipamentos de segurança.
- Treinamento de funcionários: capacitar a equipe para agir corretamente em situações de emergência, como vazamentos ou incêndios.
- Procedimentos de emergência: ter planos de ação bem definidos e acessíveis para situações de risco, incluindo rotas de evacuação e contato com os bombeiros.

Cumprimento de normas ambientais e de saúde pública:

- Conformidade com a legislação ambiental: os postos devem seguir as leis que regulam o armazenamento, transporte e descarte de combustíveis e resíduos, evitando contaminações do solo, água e ar.
- Licenças ambientais: é obrigatório obter e manter atualizadas as licenças concedidas pelos órgãos ambientais, demonstrando que as atividades estão em conformidade com as normas ambientais.
- Controle de resíduos: descarte adequado de resíduos sólidos, líquidos e gases, incluindo embalagens vazias e resíduos perigosos, seguindo as normas de saúde pública.
- Prevenção de vazamentos e contaminações: uso de sistemas de contenção,

monitoramento e inspeções periódicas para evitar vazamentos de combustíveis e produtos químicos.

- Segurança sanitária: manutenção de ambientes limpos, higiene adequada e controle de pragas, garantindo a saúde dos funcionários e clientes.
- Capacitação e treinamento: os funcionários devem estar treinados para seguir procedimentos que minimizem impactos ambientais e promovam a saúde pública.
- Monitoramento e relatórios: realização de estudos e relatórios periódicos para comprovar o cumprimento das normas e facilitar fiscalizações pelos órgãos reguladores

1.3. Definir necessidade de atestado de capacidade técnica-operacional

A exigência de atestado de capacidade técnico-operacional para empresas fornecedoras de combustível tem como objetivo assegurar que o fornecedor possui experiência prévia e estrutura suficiente para atender, com qualidade e segurança, às demandas da Administração Pública.

O atestado deve avaliar dois aspectos fundamentais:

1. Capacidade Técnica

Refere-se à comprovação de que a empresa já forneceu produtos similares ao objeto da licitação (no caso, combustíveis), demonstrando experiência prática no setor. Essa comprovação é essencial para garantir que a empresa conhece os requisitos operacionais, normativos e de qualidade específicos do fornecimento de combustíveis, o que reduz os riscos de falhas contratuais.

1.1. Listar condições específicas de habilitação técnica, como necessidade de visita técnica e ou outras;

Além dos requisitos gerais de habilitação previstos na legislação (como o atestado de capacidade técnica), os setores requisitantes podem estabelecer condições específicas de habilitação técnica, voltadas a garantir que a empresa contratada tenha plena capacidade de atender às exigências do serviço, com qualidade, segurança e dentro dos prazos estipulados. Essas condições são determinadas conforme a complexidade da contratação e os riscos envolvidos, especialmente no fornecimento contínuo e essencial, como o de combustíveis. A seguir, listam-se condições específicas comumente exigidas para empresas fornecedoras de combustível:

Declaração de Ciência e Compromisso

- A empresa licitante deve apresentar declaração formal de que tomou ciência de todas as condições estabelecidas no edital e que se compromete a cumpri-las integralmente.

Página

- A não apresentação da declaração resulta em desclassificação automática.
- Essa declaração pode incluir compromisso com:
 - o Regras de fornecimento e prazos de entrega;
 - o Padrões de qualidade e especificações do produto;
 - o Procedimentos de segurança e meio ambiente;
 - o Atendimento emergencial e entrega fracionada, se aplicável.

Visita Técnica (quando aplicável)

- Os fiscais técnicos do contrato poderão, a qualquer tempo, se necessário, realizar visitas técnicas a fim de verificar a regularidade do estabelecimento, a qualidade do objeto licitado, em casos de denúncias ou a critério da Administração.

Unidade de Atendimento/Distribuição Próxima da Administração

- Exigência de que a empresa possua posto de abastecimento, base de distribuição ou filial localizada no município de Itajubá/MG. Justifica-se pela necessidade de pronto atendimento, inclusive em situações de emergência ou demanda extraordinária.
- Deve ser comprovada com documento oficial (ex.: alvará, contrato social com endereço, fotos georreferenciadas).

Capacidade de Atendimento Contínuo e Ininterrupto

- Declaração ou comprovação de que a empresa possui estoque suficiente e logístico de transporte regular para garantir o abastecimento contínuo, mesmo em situações de greve, feriados prolongados ou problemas pontuais de fornecimento.

Certificações Ambientais e de Segurança

- Quando aplicável, a empresa poderá ser obrigada a apresentar:

- o Licenças ambientais atualizadas (Ex.: Licença de Operação da distribuidora);
- o Certificados de conformidade com a ANP (Agência Nacional do Petróleo);
- o Declaração de que cumpre normas de segurança e meio ambiente no transporte e manuseio de combustíveis.

Essas condições devem estar previstas expressamente no edital e respeitar os princípios da legalidade, isonomia e proporcionalidade. O objetivo principal é assegurar a execução eficiente e segura do contrato, evitando a contratação de empresas sem estrutura mínima ou experiência para atender à demanda pública.

11. Forma de seleção do fornecedor

Considerando que a aquisição de combustíveis é essencial para a continuidade das atividades institucionais e que o fornecimento deve ocorrer de forma contínua, segura e imediata, opta-se pela seleção do fornecedor mediante contratação formal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de licitação, sob a forma eletrônica, na modalidade Pregão, seguindo o critério de maior desconto sobre a média da tabela PROCON.

A natureza do objeto exige garantia de disponibilidade, padronização da qualidade do produto e condições previamente acordadas de fornecimento e pagamento. A contratação por meio de instrumento contratual assegura:

- A definição clara das obrigações do fornecedor e do contratante;
- O cumprimento dos prazos e condições de entrega estabelecidos no Termo de Referência;
- O controle e a rastreabilidade das aquisições;
- A observância aos princípios da economicidade, eficiência e transparência na gestão pública.

Assim, a escolha da contratação formal é a que melhor atende ao interesse público, garantindo a regularidade do abastecimento e a segurança jurídica para ambas as partes.

12. Definição modelo de execução do objeto

12.1. Das condições da entrega dos materiais (prazos, horários, locais e instalação).

O objeto será entregue de forma imediata no posto Contratado após a apresentação de autorização/requisição de abastecimento emitida pela Contratante que conterà a quantidade a ser abastecida, placa do veículo e quilometragem.

12.2. Da necessidade de garantias de funcionamento (validade, garantia e

Página 12 de 17

assistência técnica)

Não se aplica.

12.3. Da necessidade de instrução para utilização do material pelas pessoas, inclusive com deficiência e outras condições especiais, se necessário (manual de instrução, suporte e treinamento)

Não se aplica.

13 - Descrição da solução como um todo

A prestação do serviço deverá atender as atividades das Secretarias vinculadas à Prefeitura Municipal de Itajubá/MG.

A contratada deverá fornecer, diretamente por meio de posto contratado, o combustível para abastecimento da frota de veículos da Administração Municipal, imediatamente após a formalização do contrato.

O abastecimento dos veículos deverá ser efetuado nos postos de revenda de combustíveis do fornecedor (bombas de abastecimento), obedecendo as normas da Agência Nacional do Petróleo.

14- Demonstrativo dos resultados pretendidos

Abastecimento contínuo e ininterrupto: garantir que não haja descontinuidade nos serviços de transporte escolar, ambulâncias, fiscalização, e demais atividades que dependem da frota;

Segurança jurídica e contratual: obter vínculo contratual com cláusulas claras, prazos definidos e obrigações mútuas que assegurem o fornecimento conforme os quantitativos previstos; Previsibilidade orçamentária: controlar os custos da Administração ao longo da vigência contratual, evitando oscilações abruptas de preços e facilitando o planejamento financeiro; a Redução de riscos operacionais minimizando o risco de desabastecimento causado por desistência do fornecedor, problemas de adesão ou falta de contrato vigente; Eficiência administrativa: eliminar a necessidade de múltiplos procedimentos de adesão ou contratações emergenciais, otimizando a gestão de tempo e recursos; Qualidade do produto fornecido garantindo o fornecimento de combustível dentro das normas da ANP, com especificações técnicas adequadas e fiscalização da origem e o Atendimento às legislações vigentes.

15 – Providências prévias ao contrato

Para a plenitude da celebração do contrato de serviços de estrutura e equipamentos para eventos, a administração municipal deve adotar algumas providências para garantir a transparência, legalidade e eficácia do processo. Aqui estão algumas delas:

a) Elaboração de Termo de Referência ou Edital: Definir claramente as especificações técnicas de equipamentos e estruturas de eventos; os critérios, os prazos e condições de execução, bem como as responsabilidades das partes envolvidas.

b) Acompanhamento Jurídico: Contar com assessoria jurídica especializada para analisar a legalidade e conformidade do processo de contratação, garantindo o cumprimento das leis e normas aplicáveis, especialmente no que diz respeito à Lei de Licitações nº 14.133/21 e às normas específicas do município.

c) Negociação e Formalização do Contrato: Negociar as condições contratuais, incluindo prazos de pagamento, obrigações das partes e demais cláusulas relevantes. Formalizar o contrato por meio de instrumento jurídico adequado.

Ao adotar essas providências, a administração municipal assegura a lisura e a eficiência do processo de contratação, garantindo assim sua qualidade.

16 – Contratações correlatas/interdependentes

Quanto à interdependência com outras contratações, não há.

17 – Impactos ambientais

A aquisição e utilização de combustíveis fósseis (gasolina, etanol, óleo diesel, entre outros) implicam potenciais impactos ambientais relevantes, tais como:

- Emissões atmosféricas: liberação de gases poluentes e de efeito estufa (CO₂, NO_x, SO_x, material particulado) durante a queima, contribuindo para mudanças climáticas e degradação da qualidade do ar;
- Riscos de contaminação do solo e da água: possibilidade de vazamentos durante transporte, armazenamento ou abastecimento, podendo gerar poluição hídrica e afetar ecossistemas;
- Geração de resíduos perigosos: descarte inadequado de embalagens, filtros e resíduos de limpeza de tanques;
- Dependência de recurso não renovável: uso de insumo com base fóssil, cuja extração e processamento geram impactos adicionais.

Medidas de mitigação e conformidade:

- Contratação de fornecedores devidamente licenciados e em conformidade com normas ambientais e de segurança (ANP, IBAMA, órgãos ambientais estaduais/municipais);
- Manutenção preventiva e corretiva das bombas e tanques, reduzindo riscos de vazamento;
- Procedimentos adequados de abastecimento, evitando derramamentos;
- Estímulo ao uso racional do combustível e à adoção de práticas de eficiência energética na frota;
- Observância à Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e à legislação específica de transporte e armazenamento de produtos perigosos.

18. Gerenciamento de riscos.

O detalhamento do gerenciamento dos riscos consta como apêndice do estudo técnico, em formulário próprio.

19 – Viabilidade da contratação

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável, para o atendimento de necessidades da Administração.

O responsável pela elaboração do ETP declara ainda que a contratação obedece às disposições Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, e suas alterações, bem como a Legislação Municipal.

Portanto, declaramos a viabilidade da contratação nos termos dispostos nas solicitações e neste Estudo Técnico Preliminar.

APÊNDICE – GERENCIAMENTO DE RISCOS

OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível para garantir o abastecimento da Frota da Prefeitura Municipal de Itajubá, através das Secretarias Municipais de Educação, Obras, Saúde e Desenvolvimento Social.		
1. RISCOS DA FASE DE PLANEJAMENTO DO OBJETO		
RISCO01:	Morosidade na fase de Planejamento	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa	() Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo	(X) Médio () Alto
ID	Dano	
1	Atrasos na contratação.	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Estabelecer cronograma para o cumprimento do encaminhamento dos Documentos de Formalização de Demanda, com as devidas justificativas e levantamento de quantidades de contratações.	Secretaria Municipal de Educação, Obras, Saúde e Desenvolvimento Social.
2		
ID	Ação de Contingência	Responsável
1		
2		
2. RISCOS DA FASE DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR		
RISCO01:	Seleção de empresa que não esteja em conformidade com as características exigidas	
PROBABILIDADE:	(x) Baixa	() Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo	(x) Médio () Alto
ID	Dano	
1	Combustíveis de má qualidade, prejudicando o desempenho dos veículos.	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Verificar documentos que comprovem a exigências estabelecidas no Edital.	Secretaria Municipal de Planejamento

2		
ID	Ação de Contingência	Responsável
1		
2		
RISCO02:		Ausência de documentos necessários que garanta legalidade da habilitação, bem

	como para elaborar contratos.	
PROBABILIDADE:	(x) Baixa	() Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo	() Médio (x) Alto
ID	Dano	
1	Impossibilidade de habilitar e contratar, atraso no processo.	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Estabelecer diálogo, requerer documentação com breve antecedência de contratação, desde que esteja de acordo com os requisitos apresentados, além de documentação dentro de todas as legalidades exigidas.	Secretaria Municipal de Planejamento
2		
ID	Ação de Contingência	Responsável
1		
2		

3. RISCOS DA FASE DE EXECUÇÃO

RISCO01:	Suspensão temporária ou permanente da entrega de combustível ao contratante, por motivos operacionais, logísticos, financeiros, legais, climáticos ou por força.	
PROBABILIDADE:	(x) Baixa	() Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo	() Médio (x) Alto
ID	Dano	
1	Paralisação parcial ou total de veículos, máquinas, geradores ou equipamentos que dependam do combustível.	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Definir prazos, penalidades, condições de força maior e responsabilidades. Ter cadastro prévio de mais de um fornecedor confiável.	Fiscais Técnicos do Contrato.
2		
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Acionar fornecedor alternativo emergencial.	Gestores do Contrato
2		

**RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO DA
CONTRATAÇÃO**

Itajubá, 08/08/2025

Documento assinado digitalmente
gov.br **MARIS PINTO BOSCO**
Data: 03/09/2025 15:53:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maris Pinto Bosco

Matrícula: 11682

Agente Administrativa

Secretaria Municipal de Educação

Documento assinado digitalmente
gov.br **JOSE CAMILO SIQUEIRA BRAGA**
Data: 03/09/2025 15:46:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

José Camilo Siqueira Braga

Matrícula: 06543

Agente Administrativo

Secretaria Municipal de Saúde

Documento assinado digitalmente
gov.br **JOSSILMA DA SILVA**
Data: 03/09/2025 15:14:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jossilma da Silva
Matrícula: 4071
Diretora de Dept. Igualdade Racial
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Documento assinado digitalmente
gov.br **THAIS TACIANI DIAS**
Data: 02/09/2025 16:18:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Thais Taciani Dias
Matrícula: 04556
Agente Administrativa
Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços